

Processo: 1147771
Natureza: REPRESENTAÇÃO
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - Coordenadoria de Auditoria dos Municípios
Representada: Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá
Responsáveis: Daniel Guimarães Sathler, José Américo Tasmo de Bastos, Alexia de Oliveira Morais
Procuradores: Acácio Wilde Emílio dos Santos, OAB/MG 81.810; Jorge Washington Cançado Neto, OAB/MG 109.208; Cíntia Lima Gasparino, OAB/MG 172.595; João Pedro de Lima e Silva, OAB/MG 219.547; Joice Jacomel Tavares de Aguiar, OAB/MG 108.094
MPTC: Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria
RELATOR: CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO HAMILTON COELHO

SEGUNDA CÂMARA – 12/8/2025

REPRESENTAÇÃO. COORDENADORIA DE AUDITORIA DOS MUNICÍPIOS. ACOMPANHAMENTO. PREFEITURA MUNICIPAL. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO USADO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. IRREGULARIDADE CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE LAUDO DE AVALIAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.

1. A aquisição de veículo usado deve ser, via de regra, efetuada por meio de regular procedimento licitatório, tendo em vista a possibilidade de previsão no edital de critérios objetivos que satisfaçam a demanda específica da Administração (tipo de veículo, ano de fabricação, quilometragem, e demais características pertinentes) e permitam a busca no mercado de potenciais fornecedores, viabilizando a competição e a obtenção da proposta mais vantajosa.
2. Constitui irregularidade a ausência de laudo de avaliação que ateste as condições de uso do veículo, permita a comparação com a pesquisa de mercado e justifique o preço pago.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) julgar procedente a representação, em face da realização de contratação direta por suposta inexigibilidade de licitação, sem a demonstração de alguma das exceções legalmente fixadas no art. 25 da então vigente Lei n. 8.666/93 e sem efetiva comprovação da inviabilidade de competição, em erro grosseiro e grave afronta ao previsto no art. 37, inciso XXII, da Constituição da República;
- II) aplicar multas aos responsáveis, com fundamento nas disposições do art. 85, inciso II, da Lei Complementar n. 102/08, sendo:
 - a) R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao Prefeito Daniel Guimarães Sathler;
 - b) R\$3.000,00 (três mil reais) ao Secretário Municipal de Obras, José Américo Tasmo de Bastos;

c) R\$2.000,00 (dois mil reais) à Presidente da Comissão Licitante, Alexia de Oliveira Moraes;

III) determinar a intimação das partes acerca do inteiro teor desta decisão e, findos os procedimentos pertinentes, o arquivamento dos autos, nos termos do art. 258, III, regimental.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro em exercício Adonias Monteiro e o Conselheiro Presidente Gilberto Diniz.

Presente à sessão o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria.

Plenário Governador Milton Campos, 12 de agosto de 2025.

GILBERTO DINIZ
Presidente

HAMILTON COELHO
Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEGUNDA CÂMARA – 12/8/2025

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO HAMILTON COELHO:

I – RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de representação formulada pela Coordenadoria de Auditoria dos Municípios, em face do Processo Licitatório n.º 064/2022 – Inexigibilidade n.º 011/2022, da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá, que teve como objeto a aquisição de veículo usado (caminhão).

As irregularidades arguidas na petição inicial foram apuradas em fiscalização do tipo Acompanhamento, realizada em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização (PAF) do Tribunal para 2022, visando a contribuir para o aprimoramento dos procedimentos de recebimento, estoque e distribuição das aquisições e seus respectivos controles.

Esclareceu a representante que os municípios submetidos ao Acompanhamento foram selecionados “a partir das informações capturadas pela malha eletrônica do sistema Mina de Dados do Centro de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO, conforme as tipologias sugeridas àquela Unidade de Inteligência”. No caso específico da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá, constou na malha de dados, a partir da tipologia “aquisições oriunda de pessoas físicas”, o seguinte objeto de fiscalização:

“Aquisição referente à nota de empenho 2075, de 13/04/2022. Especificação: ‘despesa que ora se empenha refere-se aquisição de veículo usado, carga caminhão, placa EWS8G02, ANO 2010/2011, basculante, cabine estendida, VW26.220 EURO3 WORKER, CHASSI 9533782UBR121338. PRC 00064/2 2 INEX 0011/22”.

Em resposta aos questionamentos desta Corte de Contas, a responsável pelo Controle Interno da Administração informou que o bem em tela foi adquirido por meio do Processo Licitatório n.º 064/2022 (Inexigibilidade n.º 011/2022), sendo devidamente incorporado ao patrimônio municipal, e encaminhou a documentação pertinente. Em 16/11/2022 foi realizada visita técnica.

Constatada a inadequação da forma de aquisição do veículo, a unidade técnica formulou a representação sob exame.

A documentação foi autuada distribuída à relatoria do Conselheiro Substituto Licurgo Mourão (peça n.º 10), que determinou a intimação dos responsáveis para prestarem esclarecimentos sobre os fatos alegados (peça n.º 11).

O Prefeito Daniel Guimarães Sathler, o Secretário Municipal de Obras José Américo Tasmô de Bastos e a Presidente da Comissão Licitante Alexia de Oliveira Moraes manifestaram-se nos autos, às peças n.ºs 19, 25 e 29, respectivamente.

Ao proceder ao estudo inicial (peça n.º 31), a unidade técnica apontou a existência de irregularidade, sugerindo a citação dos responsáveis. No mesmo sentido o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal (peça n.º 33).

Devidamente citados, foram apresentadas as seguintes defesas: Daniel Guimarães Sathler (peça n.º 47), José Américo Tasmô de Bastos (peça n.º 45) e Alexia de Oliveira Moraes (peça n.º 44).

Em suas análises conclusivas, a unidade técnica (peça n.º 49) e o *Parquet* (peça n.º 55) opinaram pela procedência da representação, com aplicação de multa aos responsáveis.

O processo foi redistribuído ao Conselheiro Substituto Adonias Monteiro em 22/10/24 (peça n.º 53) e, em 29/4/25, novamente redistribuído à minha relatoria (peça n.º 58).

Em síntese, é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A representante apontou a existência de irregularidade no Processo Licitatório n.º 064/2022 – Inexigibilidade n.º 011/2022, consubstanciada na falta de demonstração da inviabilidade de competição.

Sustentou que as obras, serviços e compras da Administração Pública deveriam ser precedidas de licitação (art. 37, XXII da Constituição da República e art. 2º da Lei n.º 8.666/93), salvo exceções previstas em lei, dentre as quais se encontram as hipóteses de inexigibilidade, direcionadas às situações onde for impraticável a disputa (art. 25 da Lei n.º 8.66/93).

Relatou que a Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá teria realizado processo de inexigibilidade de licitação para aquisição de veículo usado de pessoa física, com a seguinte descrição: carga caminhão, placa EWS8G02, ANO 2010/2011, basculante cabine estendida, VW26.220 EURO3 WORKER, CHASSI 9533782UBR121338. PRC 00064/2 2 INEX 0011/22.

Acrescentou que, na justificativa apresentada no procedimento, foi definido tão somente que não seria necessário que o caminhão fosse zero quilômetro, não sendo indicadas razões que inviabilizassem a competição. Pelo contrário, teriam sido apresentados anúncios de venda de veículos similares encontrados na *internet*, para aferição dos valores praticados no mercado, demonstrando a existência de diversos fornecedores que poderiam atender a demanda da Administração.

A representante alegou, ainda, que os gestores teriam partido da premissa invertida, pois teriam escolhido o veículo e obtido proposta de venda antes de iniciar o procedimento de aquisição, configurando escolha direta do fornecedor e do produto.

Além disso, destacou a ausência de análise técnica do bem por comissão de avaliação para comprovação do estado de conservação, quilometragem rodada e possíveis revisões, de modo a respaldar o preço pago (superior à Tabela FIPE), e informou que, em inspeção física, realizada em 16/11/22, foram apuradas avarias no veículo e inconsistências no procedimento, a conferir:

“Ademais, foi apurado na visita *in loco* que: o veículo indicado não estava em uso, devido ao conserto na caixa de direção (Peça 06 – Imagem 01); o hodômetro digital estava com defeito (não mais registrando os acréscimos da quilometragem rodada (Peça 06 – Imagem 02); e a parte elétrica estava exposta (Peça 06 – Imagem 03). Considerando que a visita ao município foi realizada em 16/11/2022, apenas 7 (sete) meses após a emissão da Nota de Empenho, o estado apurado do bem contradiz a vantajosidade da aquisição, uma vez que o veículo demandou conserto pouco tempo após a aquisição. Outrossim, verificou-se que, ao contrário do previsto na Nota de Empenho (Peça 03), o veículo não possuía cabine estendida, mas sim cabine simples (Peça 06 – Imagem 04) e que o relatório fotográfico contido nos autos do Processo de Inexigibilidade demonstra um veículo com placa distinta da descrita no objeto de aquisição (Peça 04 – p. 5).”

Por fim, diante da disponibilidade, no mercado, de veículos com características semelhantes às aquelas pretendidas e da possibilidade de realização de licitação, aduziu que a forma de aquisição do bem teria sido irregular e inadequada, em afronta a ditames da então vigente Lei n.º 8.666/93 e aos princípios da licitação pública, da isonomia, da impessoalidade, da competitividade e do melhor interesse da Administração Pública. Transcreveu jurisprudência do Tribunal pertinente ao tema.

Em resposta à intimação, o Prefeito Daniel Guimarães Sathler (peça n.º 19), o Secretário Municipal de Obras José Américo Tasmo de Bastos (peça n.º 25) e a Presidente da Comissão Licitante Alexia de Oliveira Moraes (peça n.º 29) apresentaram manifestações com conteúdo similar, nas quais ressaltaram a legalidade da adoção do procedimento de inexigibilidade, argumentando que, na compra de veículos usados, seria inviável a competição, tendo em vista

que as características e peculiaridades diferenciadas dos bens impossibilitariam a comparação e a formulação de critérios objetivos a serem considerados em uma licitação. Sustentaram que a realização de levantamento de preços de mercado se destinou tão somente à verificação da vantajosidade da aquisição.

Quanto ao estado de conservação do caminhão apurado pela representante na visita *in loco*, alegaram tratar-se de manutenção decorrente de problemas na bomba e na seta esquerda, que demandaram a abertura da caixa de direção, ficando o veículo parado somente por três dias. E reforçaram que o hodômetro digital teria apresentado defeito, já solucionado, e que o tacógrafo funcionaria regularmente, restando marcada de forma contínua a quilometragem rodada, num total aproximado de 5.500km.

Os responsáveis informaram, ademais, que as condições do veículo teriam sido atestadas no Laudo de Vistoria do Veículo e Decalque Chassi realizados pelo DETRANMG no dia 03/5/22 para fins de transferência para a Administração (reproduzidos na petição), e que a descrição “cabine estendida” contida no CRLV deveria decorrer de erro na sua emissão.

No estudo inicial anexado à peça n.º 31, o órgão técnico também destacou a realização de licitação como regra geral das contratações públicas, e a inexigibilidade como uma das exceções legalmente previstas, permitindo-se a contratação direta condicionada à inviabilidade de competição, a ser expressamente demonstrada mediante justificativa contida no procedimento licitatório, o que não se teria verificado no caso em tela.

Argumentou que seria possível a definição clara e objetiva do bem pretendido pela Administração, com as especificações de data de fabricação e quilometragem máxima admitida, entre outros, a teor da jurisprudência desta Corte de Contas. E acrescentou que a única característica exigida pelo órgão licitante (caminhão basculante, que não precisava ser zero quilômetro) poderia ser satisfeita por uma ampla gama de veículos, sendo plenamente viável a instauração de processo competitivo por meio de licitação.

Aduziu que, na cotação de preços formulada, não houve referência à tabela FIPE (R\$203.570,00), e que não teria sido apresentada justificativa para o pagamento de valor superior (R\$230.000,00), denotando deficiência no procedimento. Apontou, ainda, a inexistência de laudo de avaliação do veículo, emitido por profissional, frisando que as inconsistências apuradas constituiriam indícios da má condição de uso do veículo, a ensejar reparos e gastos constantes, com afronta ao princípio da economicidade.

Os responsáveis Daniel Guimarães Sathler (peça n.º 47), José Américo Tasmô de Bastos (peça n.º 45) e Alexia de Oliveira Moraes (peça n.º 44) apresentaram defesas individuais, mas com conteúdo semelhante, nas quais mantiveram os fundamentos das manifestações anteriores quanto à legalidade da contratação direta adotada e às condições de uso do veículo adquirido.

Por outro lado, apontaram a importância da tabela FIPE como referência de preço médio no mercado automotivo, mas ressaltaram a existência de fatores diversos na avaliação de um veículo (condição do veículo, demanda regional, economia local, clima e condições de estrada, oferta e demanda local) que teriam sido considerados no caso em tela. Ponderaram que as pesquisas de mercado (anúncios da *internet*), que indicavam valores mais elevados que o preço pago, teriam embasado a negociação.

Em novo exame (peça n.º 49), a unidade técnica rejeitou as razões de defesa e reiterou os argumentos expostos na sua análise inicial, pronunciando-se pela procedência do apontamento contido no relatório de auditoria em que se baseou esta representação, com cominação de multa aos responsáveis.

O *Parquet* opinou pela procedência da representação com base nos fundamentos descritos na análise técnica (peça n.º 55).

As contratações públicas, salvo exceções legalmente previstas, devem ser precedidas de licitação (art. 37, XXI da Constituição da República), a ser realizada com a observância dos princípios elencados no art. 3º da Lei n.º 8.666/93 (vigente à época e adotada no certame), tendo por fim selecionar a proposta mais vantajosa para o objeto pretendido pela Administração, por meio do estabelecimento de critérios objetivos e racionais.

No art. 25 da então vigente Lei n.º 8.666/93 dispôs-se sobre a inexigibilidade de licitação:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Observa-se que as hipóteses de inexigibilidade de licitação não são exaustivas, mas dependem necessariamente da comprovação da situação excepcional que resulte em inviabilidade de competição.

O fato de as contratações diretas por inexigibilidade seguirem um procedimento simplificado não as isenta do cumprimento dos trâmites regulares. Ao contrário, por se tratar de exceção à regra geral da licitação pública, o processo deverá ser instruído com todos os elementos essenciais à comprovação da economicidade, da moralidade, da transparência e do interesse público. Neste sentido a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

“Identifica-se a necessidade, motiva-se a contratação, para, então, partir-se para a verificação da melhor forma de sua prestação. Ou seja, a decisão pela contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa, é posterior a toda uma etapa preparatória que deve ser a mesma para qualquer caso. A impossibilidade ou a identificação da possibilidade da contratação direta, como a melhor opção para a administração, só surge após a etapa inicial de estudos. Como a regra geral é a licitação, a sua dispensa ou inexigibilidade configuram exceções. Como tal, portanto, não podem ser adotadas antes das pesquisas e estudos que permitam chegar a essa conclusão.” (TCU, Acórdão n.º 994/2006 – Plenário, relator Ministro Ubiratan Aguiar)

Assim, no intuito de assegurar que seja efetuada a melhor contratação, na tutela do interesse público, impõe-se que a Administração Pública tome as providências necessárias ao devido cumprimento de todos os requisitos de habilitação e contratação, justifique a necessidade do bem, a inexigibilidade e o preço, além de demonstrar a disponibilidade de recursos.

Trata-se, *in casu*, de aquisição de veículo usado, já identificado pelo Secretário Municipal de Obras no documento denominado Solicitação Interna de Materiais e/ou Serviços, datado de 31/3/2022, acompanhado de proposta e do CRLV do veículo (fl. 2, peça n.º 7). Na justificativa da necessidade, apresentou-se como única exigência que o caminhão não precisaria ser zero quilômetro. A instauração do processo de inexigibilidade foi autorizada pelo Prefeito em

04/4/22, direcionado à aquisição do bem indicado (fls. 13/14, peça n.º 7). Na mesma data, ocorreu a sua autuação pela Presidente da Comissão de Licitação (fls. 16/17, peça n.º 7). Ressalto que todos os agentes públicos envolvidos se manifestaram favoravelmente à forma de aquisição adotada. Posteriormente, foram anexados anúncios disponibilizados na *internet* de caminhões com características aproximadas ao objeto e a Planilha Orçamentária Comparativa de Preços, e outros atos pertinentes ao procedimento.

Verifica-se, portanto, que não houve a indicação inicial da demanda, partindo o gestor do veículo específico que pretendia adquirir, sem a realização da etapa preparatória do processo, essencial para a definição da forma de contratação.

Contrariamente à tese defendida pelos responsáveis, a aquisição de veículo usado deve ser, via de regra, efetuada por meio de regular procedimento licitatório, tendo em vista a possibilidade de previsão no edital de critérios objetivos que satisfaçam a demanda específica da Administração (tipo de veículo, ano de fabricação, quilometragem, e demais características pertinentes) e permitam a busca no mercado de potenciais fornecedores, viabilizando a competição e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Ademais, deve-se considerar que a contratação direta sem a adequação às exceções legalmente fixadas e sem a devida justificativa pode permitir o favorecimento de fornecedores e contemplar interesses eminentemente particulares, em afronta aos princípios da impessoalidade, da isonomia e da moralidade.

Conforme apontado pela representante, esta Corte de Contas já se pronunciou sobre o tema, na Consulta n.º 696.405, que tem caráter normativo, constituindo prejudgamento de tese:

“Consulta. Prefeitura Municipal – Aquisição de bens usados. Necessária a realização de licitação, mediante justificativas aptas. Modalidade de licitação compatível com o valor do bem. Observância da economicidade e da qualidade do bem usado. Indispensável a consignação no instrumento convocatório de que a licitação tem por objeto a aquisição de equipamento usado. Possibilidade de dispensa da licitação em razão do valor estimado do bem.” (Pleno, Rel. Cons. Elmo Braz, sessão de 26/4/06)

Destaco, do parecer emitido na referida consulta, a menção às características do bem que devem ser usadas como critérios objetivos:

“Uma vez que a presente consulta refere-se à aquisição de veículos usados, deve constar também do edital sua especificação como, por exemplo, uma data-limite de fabricação, quilometragem máxima admitida e outras características, além da realização de laudo de avaliação atestando o valor de mercado que viabilize a competição, já que o critério único de menor preço não conduz à melhor seleção.”

Na mesma linha de intelecção, o acórdão proferido no Recurso Ordinário n.º 977.689:

“RECURSO ORDINÁRIO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. MÉRITO. FALHAS NO CONTROLE INTERNO. PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IRREGULAR. MULTA APLICADA COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 102/08. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não estando configuradas as hipóteses de prescrição previstas na Lei Orgânica do Tribunal rejeita-se a prejudicial de mérito de ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.
2. Falhas verificadas no sistema de controle interno em descumprimento à lei e às normas do Tribunal autorizam a aplicação de multa.
3. É irregular a aquisição de veículo usado pela Administração, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação, sendo obrigatória a realização de procedimento licitatório.

4. A contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentada em inviabilidade de competição, quando é plenamente possível a disputa e a realização de procedimento licitatório, configura descumprimento à Lei nº 8.666/93 e legitima a aplicação de sanção pelo Tribunal de Contas.
5. A aplicação de multa pelo Tribunal prescinde de comprovação da existência de dolo, má-fé ou prejuízo ao erário.
6. É válida a multa aplicada com base na Lei Complementar nº 102/08 por irregularidades verificadas na vigência da Lei Complementar nº 33/94, quando o valor da penalidade é inferior ao valor máximo fixado pela legislação vigente à época dos fatos, não havendo que se falar em afronta o princípio da segurança jurídica.” (Pleno, rel. Cons. Cláudio Terrão, sessão de 29/6/16)

Analisando o procedimento de inexigibilidade e o veículo adquirido, verifica-se que seria plenamente possível estabelecer no edital exigências específicas pertinentes a um caminhão basculante usado de forma a suprir as especificações da Prefeitura Municipal e que abrangessem diversos bens disponíveis no mercado, conforme comprovam os anúncios de *internet* anexados aos autos, circunstâncias que impunham a realização de procedimento licitatório.

Destaca-se, ainda, como irregular a ausência de laudo de avaliação que atestasse as condições de uso do veículo, permitisse a comparação com a pesquisa de mercado e justificasse o preço pago, principalmente porque o valor da proposta excedeu o referencial da tabela FIPE, principal baliza do mercado de veículos. Não procedem, por certo, as alegações da defesa de que a tabela FIPE apresentaria preço médio, sujeito a variáveis (condição do veículo, demanda regional, economia local, clima e condições de estrada, oferta e demanda local) quando inexistente a avaliação formal do próprio bem adquirido, cujo uso pela Administração foi limitado pelo mal estado de conservação, sujeito a reparos poucos meses após a compra, conforme apurado pela representante em inspeção física.

Diante destes fatos, sobressai a irregularidade apontada pela representante, corroborada pelo órgão técnico e pelo *Parquet*, de inadequação na forma de aquisição do veículo (inexigibilidade de licitação), em razão da ausência de demonstração de inviabilidade de competição, em face do que julgo procedente a representação.

Patente, portanto, a responsabilidade dos representados, que atuaram sem a diligência esperada de agentes públicos, incorrendo em erro grosseiro ao realizar contratação direta sem a verificação de alguma das exceções legalmente fixadas (art. 25 da então vigente Lei nº 8.666/93) e sem a devida comprovação da inviabilidade de competição, em afronta à obrigatoriedade da licitação prevista no art. 37, inciso XXII, da Constituição da República, aplico multas nos valores de R\$5.000,00 ao Prefeito Daniel Guimarães Sathler, R\$3.000,00 ao Secretário Municipal de Obras José Américo Tasmo de Bastos e de R\$2.000,00 à Presidente da Comissão Licitante Alexia de Oliveira Moraes.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgo procedente a representação, em face da realização de contratação direta, por suposta inexigibilidade de licitação, sem a demonstração de alguma das exceções legalmente fixadas no art. 25 da então vigente Lei nº 8.666/93 e sem efetiva comprovação da inviabilidade de competição, em erro grosseiro e grave afronta ao previsto no art. 37, inciso XXII, da Constituição da República; e, com fundamento nas disposições do art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 102/08, aplico multas aos responsáveis, sendo:

- a) R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao Prefeito Daniel Guimarães Sathler,

- b) R\$3.000,00 (três mil reais) ao Secretário Municipal de Obras, José Américo Tasmô de Bastos, e
- c) R\$2.000,00 (dois mil reais) à Presidente da Comissão Licitante, Alexia de Oliveira Moraes.

Intimem-se as partes acerca do inteiro teor desta decisão e, findos os procedimentos pertinentes, arquivem-se os autos, nos termos do art. 258, III, regimental.

* * * * *

bm/tp



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS